

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.217 - PE (2019/0230026-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**RECORRENTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
**RECORRIDO** : VERA LUCIA ANICETO DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO** : LAURA OLIVEIRA DE SOUZA  
**RECORRIDO** : FRANCISCO ANICETO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ROBERTO FERREIRA BRUTO DA COSTA NETO - PE022822  
BERNARDO RABELO BRUTO DA COSTA - PE033666  
EDSON REGIS DE CARVALHO NETO - PE036609  
**INTERES.** : CLAUDIA MARINA TAVARES DE ARAUJO  
**INTERES.** : CLAUDIONOR CIRILO EVANGELISTA  
**INTERES.** : CLELIO CAVALCANTI DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : CLEOMAR LUCENA DE ABREU  
**INTERES.** : CLEUSA CAVALCANTI LAPA SANTOS  
**INTERES.** : CLOVIS FERREIRA BUNZEN  
**INTERES.** : COSMA TERTULIANA DA CONCEICAO  
**INTERES.** : COSME PAULO BEZERRA  
**INTERES.** : CREMILDA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : CORINA ANICETO DE OLIVEIRA - SUCESSÃO  
**ADVOGADO** : CARLOS XAVIER BRASILEIRO - PE006575

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MORTE DO AUTOR. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. SUSPENSÃO DO PRAZO PROCESSUAL. ARTS. 265, I E 791, II, DO CPC/1973. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. PRECEDENTES DO STJ. EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO/RPV. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 5a. Região que, rechaçando a tese de prescrição de fundo de direito, deferiu requerimento de habilitação de sucessores dos exequentes.

2. Em seu Apelo Especial, a recorrente sustenta,

inicialmente, ofensa ao art. 1022, II do CPC/2015, argumentando que a Corte Regional, embora provocada por embargos de declaração, silenciou sobre questões relevantes ao deslinde da controvérsia, notadamente sobre a incidência dos arts. 1o. do Decreto 20.910/1932 e 2o. do DL 4.597/1942.

3. No mérito, pugna pelo reconhecimento da prescrição da pretensão, argumentando que a habilitação dos herdeiros se deu quando transcorridos mais de 5 anos do óbito dos Servidores.

4. É o relatório.

5. De início, no que tange à alegada violação aos arts. 489, § 1o., IV e 1.022, II, do CPC/2015, a insurgência não prospera, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos.

6. No mais, o que se verifica é que a Corte de origem fundamenta a sua decisão consignando que com a expedição da RPV, exauriu-se a fase de execução e, assim, não há mais que se falar em prescrição da pretensão executiva.

7. Contudo, tal fundamento não é levantado pela recorrente em suas razões recursais, que se limitam a defender a inexistência de causas modificativas ou impeditivas da fluência do prazo prescricional relativo à pretensão executiva, descurando de se contrapor à *ratio decidendi* do acórdão recorrido, que é, como já explicitado, a impropriedade de se invocar prescrição da pretensão executiva quando já concluída essa fase, com a expedição do RPV ou do precatório.

8. Nesse cenário, impõe-se a aplicação da Súmula 283/STF, por deixar o recorrente de impugnar fundamento suficiente à manutenção do acórdão recorrido.

9. Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte de que o óbito de uma das partes do processo implica em sua suspensão, deste modo, ausente previsão legal impondo prazo para

a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente. Nesse sentido, os seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ÓBITO DA PARTE AUTORA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL ATÉ HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 286.713/CE, 2T, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 1.4.2013).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FALECIMENTO. SUSPENSÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA.*

*1. O falecimento de uma das partes do processo importa na sua suspensão, razão pela qual, na ausência de previsão legal que imponha prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente. Precedentes do STJ.*

*2. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 282.115/CE, 2T, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 8.5.2013).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, CPC. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. ÓBITO DA PARTE AUTORA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL ATÉ HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.*

*1. Com a morte do exequente deve o processo ser suspenso a fim*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de que seja regularizado o polo ativo da relação jurídica processual, nos termos do que dispõem os artigos 43, 265, I, e 791, II, do CPC, o que afasta a declaração da prescrição intercorrente por falta de previsão legal a respeito. Nesse sentido, confirmam-se: AgRg no REsp 1.215.823/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 26/04/2011; AgRg no AREsp 269.902/CE, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 19/02/2013; AgRg no REsp 891.588/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 19/10/2009.*

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 259.255/CE, 1T, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 18.3.2013).

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial da UFPE.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR